

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 3:943

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a canhoneira *Zambeze* passe ao estado de completo desarmamento.

Paços do Governo da República, 10 de Março de 1924.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

Intendência de Marinha

Repartição de Pescarias e Serviços de Aquicultura

Lei n.º 1:562

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a alterar o regime da pesca da baleia no mar dos Açores, por forma a permitir o uso do canhão lança-arpão, montado em embarcações apropriadas a este género de pesca.

Art. 2.º O uso do canhão especial a que se refere o artigo anterior só será concedido pelo Governo mediante informação da autoridade marítima da localidade, a qual ouvirá préviamente as classes piscatórias interessadas na mesma pesca.

Art. 3.º O indivíduo ou colectividade que requerer o emprego do canhão lança-arpão deverá submeter as embarcações a ama vistoria e o pessoal a um exame, passados pela autoridade marítima, dos quais se conclua as condições do material e a aptidão do dito pessoal no exercício e funcionamento de todos os aparelhos cujo uso tiver sido solicitado.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 10 de Março de 1924.—*MANUEL TEIXEIRA GOMES—Fernando Augusto Pereira da Silva*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Secretaria Geral do Ministério e dos Serviços de Obras Públicas

Repartição Central

Lei n.º 1:563

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Nos prédios compreendidos na área da distribuição postal domiciliária das cidades de Lisboa e Porto é obrigatória a colocação de receptáculos para correspondência não registada.

Art. 2.º Os receptáculos, cujos modelos serão fixados pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, serão colocados, pela forma que for estabelecida no regulamento desta lei, em todos os prédios onde praticamente se possam instalar, o que será definido no mesmo regulamento.

Rio de Moinhos	
Rebordões	
Alverga	
Aldeta do Mato	
S. Miguel do Rio Torto	
Vila Moreira	
Cartaxo	
Castelo do Onro	
Castelo do Onro	
Vale da Pinta	
Igreja Nova	
Olahas	
Alvarães	
Arcozelos	
Ponte da Barca	
Fornelos	
Freixo (S. Julião)	
Valença do Minho	
Barqueiros	
Peso da Régua	
Medreges	
Vila Real	
Armamar	
S. Cosmado	
Fontela	
Mesquita	
Moimenta da Beira	
Tabuaço	
Tarouca	
	529.300.900

Paços do Governo da República, 18 de Fevereiro de 1924.—O Ministro da Instrução Pública, *Antônio Sérgio de Sousa*.